2. Todos os encargos com os cuidados de saúde prestados ao pessoal referido no número anterior são suportados pelos Serviços de Saúde de Macau, assegurando o orçamento geral do Território as dotações orçamentais necessárias ao seu funcionamento.

3. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável ao Fundo de Pensões de Macau, relativamente à contribuição que recai sobre as pensões e ao pagamento dos encargos com os cuidados de saúde prestados aos pensionistas.

4. Não ficam, porém, abrangidas pelo disposto nos n.ºs 1 e 2 as entidades a seguir indicadas, as quais devem considerar como receitas próprias as contribuições deduzidas nas remunerações e pagar aos Serviços de Saúde de Macau os encargos com os cuidados de saúde previstos no artigo 150.º do ETAPM, de acordo com a tabela de preços em vigor:

- a) Leal Senado;
- b) Câmara Municipal das Ilhas;

- c) Serviços de Correios e Telecomunicações de Macau;
- d) Autoridade Monetária e Cambial de Macau;
- e) Autoridade de Aviação Civil de Macau;
- f) Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento em Macau;
- g) Universidade de Macau;
- h) Fundação Macau;
- i) Instituto Politécnico de Macau;
- j) Fundo de Segurança Social.

5. Para os efeitos previstos no número anterior, os Serviços de Saúde de Macau apurarão trimestralmente os encargos em dívida e comunicá-los-ão às entidades devedoras que procederão à respectiva liquidação e pagamento.

Gabinete do Governador, em Macau, aos 3 de Agosto de 1995.
— O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A ECONOMIA E FINANÇAS

Despacho n.º 58/SAEF/95

Considerando que os níveis de contratação de mão-de-obra não-residente, nomeadamente da destinada à prestação de serviço doméstico, aconselham a suspensão da autorização de novos pedidos;

Tendo em conta, ainda, que a autorização de pedidos de renovação contratual e de mera substituição respeitantes a trabalhadores não-residentes de serviço doméstico não implicam o acréscimo do actual número global daqueles;

Nestes termos, usando da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Estatuto Orgânico de Macau, e nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 84/91/M, de 20 de Maio, na redacção introduzida pelo artigo 1.º da Portaria n.º 132/91/M, de 29 de Julho, o Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças manda:

1. A apresentação de pedidos de contratação de trabalhadores não-residentes destinados à prestação de serviço doméstico é suspensa por prazo indeterminado.

2. A suspensão prevista no número anterior não prejudica os pedidos de mera renovação contratual, mantendo-se relativamente aos pedidos de substituição de trabalhador não-residente, ou da respectiva entidade patronal, o regime previsto nos n.ºs 2 e 4 do Despacho n.º 50/SAEF/95, de 12 de Junho.

3. O presente despacho produz efeitos a partir do dia da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças, em Macau, aos 3 de Agosto de 1995. — O Secretário-Adjunto, *Vitor Rodrigues Pessoa*.

經濟暨財政政務司辦公室

批示 第58/SAEF/95號

鑑於已聘用之外地勞工數量，尤其是提供家庭勞務之外地勞工，故有必要暫停對新申請給予許可。

又鑑於就提供家庭勞務之外地勞工之續約申請及轉換申請給予許可，並不導致外地勞工現有總數之增加；

基於此，經濟暨財政政務司行使《澳門組織章程》第十六條第一款 a 項所賦予之權能，及根據經七月二十九日第132/91/M號訓令第一條修改之五月二十日第84/91/M號訓令第二條第二款 c 項之規定，下令：

一、不定期限暫停接受聘用提供家庭勞務之外地勞工之申請。

二、上款所指之暫停接受申請並不影響僅屬續約之申請，而對於轉換外地勞工或有關僱主實體之申請繼續適用六月十二日第50/SAEF/95號批示第二款及第四款規定之制度。

三、本批示自公布於《政府公報》之日起開始生效。

一九九五年八月三日於澳門經濟暨財政政務司辦公室

政務司 貝錫安